

PROVA COMENTADA

2ª parte
Analista Judiciário
TRT 23ª Região
(prova aplicada dia 15/5/2011)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS LÍNGUA PORTUGUESA

PROF. JOÃO BOLOGNESI

JULHO - 2011

Língua Portuguesa

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Do homicídio*

Cabe a vós, senhores, examinar em que caso é justo privar da vida o vosso semelhante, vida que lhe foi dada por Deus.

Há quem diga que a guerra sempre tornou esses homicídios não só legítimos como também gloriosos. Todavia, como explicar que a guerra sempre tenha sido vista com horror pelos brâmanes, tanto quanto o porco era execrado pelos árabes e pelos egípcios? Os primitivos aos quais foi dado o nome ridículo de **quakers**** fugiram da guerra e a detestaram por mais de um século, até o dia em que foram forçados por seus irmãos cristãos de Londres a renunciar a essa prerrogativa, que os distinguia de quase todo o restante do mundo. Portanto, apesar de tudo, é possível abster-se de matar homens.

Mas há cidadãos que vos bradam: um malvado furou-me um olho; um bárbaro matou meu irmão; queremos vingança; quero um olho do agressor que me cegou; quero todo o sangue do assassino que apunhalou meu irmão; queremos que seja cumprida a antiga e universal lei de talião.

Não podereis acaso responder-lhes: "Quando aquele que vos cegou tiver um olho a menos, vós tereis um olho a mais? Quando eu mandar supliciar aquele que matou vosso irmão, esse irmão será ressuscitado? Esperai alguns dias; então vossa justa dor terá perdido intensidade; não vos aborrecerá ver com o olho que vos resta a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável, e além disso ele será vosso escravo durante alguns anos, desde que lhe seja permitido conservar seus dois olhos para melhor vos servir durante esse tempo. Quanto ao assassino do seu irmão, será vosso escravo enquanto viver. Eu o tornarei útil para sempre a vós, ao público e a si mesmo".

É assim que se faz na Rússia há quarenta anos. Os criminosos que ultrajaram a pátria são forçados a servir à pátria para sempre; seu suplício é uma lição contínua, e foi a partir de então que aquela vasta região do mundo deixou de ser bárbara. (Voltaire - o preço da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2001, pp. 15/16. Trad. de Ivone Castilho Benedetti)

- * Excerto de texto escrito em 1777, pelo filósofo iluminista francês Voltaire (1694-1778).
- ** Quaker = associação religiosa inglesa do séc. XVI, defensora do pacifismo.
- 11. No segundo parágrafo, em sua argumentação contra a pena de morte, Voltaire refuta a tese segundo a gual
- (A) a pena de morte sempre existiu entre os povos, sancionada pelos legisladores mais prestigiados.
- (B) as guerras demonstram que a execução do inimigo é uma prática não apenas legítima como também universal.
- (C) os *quakers* constituem um exemplo de que, surgindo a oportunidade, os medrosos tornam-se valentes.
- (D) os homicídios só podem ser evitados quando os responsáveis por eles renunciam a suas prerrogativas.
- (E) a execução de criminosos, justificável durante uma guerra, torna-se inaceitável em tempos de paz.



Língua Portuguesa

COMENTÁRIO questão 11

Alternativa correta B.

Deve-se dar atenção ao enunciado, pois busca-se entre as alternativas aquela com informação contra a qual Voltaire se volta.

A questão traz algumas alternativas que devem ser excluídas devido à extrapolação. Isso é bastante perceptível nas alternativas A, C e E. Informações como vemos nas alternativas A e E não são erradas em si, mas erradas quando postas em confronto com o texto, que nada disse sobre isso. A estratégia da banca consiste em afirmar algo coerente, porém não respaldado pelo texto. Isso caracteriza a extrapolação, algo que não está nem posto nem pressuposto no texto.

Entre a B e a D, temos as duas grandes alternativas concorrentes. Deve-se fechar o foco e contrastá-las, em busca da afirmação com mais adequação, mais pertinência. A alternativa D exige perspicácia para ser entendida e excluída. Ela traz o lado positivo, o lado defendido por Voltaire. Essa tese não é a refutada, mas sim a defendida.

Na B, enfim, ali se encontra a tese a que se opõe Voltaire, pois ele defende a troca do castigo imediato (lei de talião) pela pena exemplar, ou seja, o homicídio –defende Voltaire– não é nem legítimo (mesmo em guerra) nem universal (conforme os brâmanes e os quakers).

- 12. Atente para as seguintes afirmações:
- O caso dos quakers é lembrado para exemplificar a mesma convicção sustentada por outra coletividade, a dos brâmanes.
- II. A pena de talião é refutada por Voltaire porque ele, a par de considerá-la eficaz, julga-a ilegítima e excessivamente cruel.
- III. O caso da Rússia serve a Voltaire para demonstrar que uma pena exemplar, cumprida em vida, é também índice de civilização.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e III. (E) II e III.

COMENTÁRIO questão 12

Alternativa correta D.

Α questão trouxe três itens sem complexidade. No item I, correto, quakers e brâmanes constituem argumento 0 exemplificação de que Voltaire se faz uso para evidenciar a possibilidade de se abster do homicídio. Ambos se apresentam como referências positivas contra a ação da guerra. Em II, Voltaire em nenhum momento considera eficaz a pena de talião, portanto é uma afirmação que extrapola o texto e torna o item II errado. No item III, correto, Voltaire novamente se usa do exemplo para reforçar sua tese ao afirmar que a Rússia deixou de ser bárbara desde que adotou a pena de reparação pelos danos causados. Deixar de ser bárbara é um sinal de civilização.

- 13. Em relação ao quarto parágrafo, é correto afirmar que Voltaire se vale do seguinte procedimento:
- (A) formula perguntas retóricas, supondo sempre que se deva responder a elas de modo afirmativo.
- (B) imagina os argumentos a que seus leitores poderiam recorrer contra os defensores da pena de talião.
- (C) enumera as razões pelas quais são imorais as vantagens advenientes da aplicação da pena de talião.
- (D) simula mostrar complacência diante do criminoso, para com isso fustigar os defensores da pena de morte.
- (E) tipifica os delitos para os quais se providenciarão a tortura pública e uma reparação pecuniária.

Língua Portuguesa

COMENTÁRIO questão 13

Alternativa correta B.

A questão trabalha o quarto parágrafo, cujo conteúdo é fundamental na argumentação do autor, pois ali ele propõe uma pena que não produza os efeitos cruéis e vingativos da pena de talião. Na alternativa B há correção, porque logo no começo do parágrafo o autor projeta a seus leitores respostas que revelem uma forma menos cruel e mais civilizada em substituição à lei de talião.

Na outras opções, há as seguintes falhas:

- A) errada, pois as respostas às indagações, dentro da coerência textual, devem ser negativas;
- C) errada, pois o autor neste parágrafo destaca as vantagens da não aplicação da pena de talião e, apesar de rejeitá-la, em nenhum momento julga ser moral ou imoral tal lei;
- D) errada, pois não há simulação, há sim clara intenção de destacar as vantagens da não aplicação da pena de talião;
- E) errada, pois a tortura pública seria a aplicação da lei de talião, a qual Voltaire vai contra; também não cabe a idéia de *tipificar*, mas sim de apenas *exemplificar*.
- 14. Considerando-se o contexto, mostra-se adequada compreensão do sentido de um segmento em:
- (A) foram forçados a renunciar a essa prerrogativa
 (2º parágrafo) = os quakers foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.
- (B) é possível abster-se de matar homens (2° parágrafo) = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.
- (C) que seja cumprida a antiga e universal lei de talião (3º parágrafo) = cumpra-se: olho por olho, dente por dente.
- (D) Não podereis acaso responder-lhes (4º parágrafo) = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.
- (E) seu suplício é uma lição contínua (5º parágrafo) = é um martírio que se infligem perpetuamente.

COMENTÁRIO questão 14

Alternativa correta C.

A questão correta traz duas observações bastante simples:

- a correlação entre a voz passiva analítica *seja cumprida* e a voz passiva sintética *cumpra-se*
- o sentido equivalente entre *lei de talião* e *olho por olho, dente por dente*

Na outras opções, vemos as seguintes falhas:

(A) foram forçados a renunciar a essa prerrogativa = os quakers foram obrigados a desistir de qualquer intento bélico.

Errada, pois os *quakers* abandonaram a prerrogativa de serem pacíficos e de terem aversão à guerra, portanto foram forçados a guerrear, idéia que vai contra a frase "desistir de qualquer intento bélico";

(B) é possível abster-se de matar homens = não é verdade que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos.

Errada, pois, segundo a argumentação do texto, *o* sentido é positivo: "<u>é verdade</u> que o instinto assassino deixe de prevalecer, em alguns casos", e não como a questão foi apresentada ("<u>não</u> é verdade").

(D) *Não podereis acaso responder-lhes* = sereis impedidos de lhes responder ao acaso.

Errada, pois não há equivalência entre "acaso" e "ao acaso", tanto no sentido como no novo lugar em que foi usado

(E) seu suplício é uma lição contínua = é um martírio que se infligem perpetuamente.

Errada, pois perdeu-se a idéia de posse e o que era contínuo era a lição produzida pela pena, diferente da idéia reflexiva "se infligem perpetuamente".



Língua Portuguesa

- 15. É correto concluir da argumentação de Voltaire, tomando-se o conjunto do texto:
- (A) Além de ineficaz, a pena de morte impede uma reparação a quem de direito e impossibilita a aplicação de uma pena socialmente exemplar.
- (B) A pena de morte e a pena de talião são bárbaras, ao contrariarem os desígnios divinos e os impulsos da natureza humana.
- (C) É desprezível a ideia da compensação pecuniária por direitos ofendidos, sendo justo promover a indenização apenas pelo caráter pedagógico da medida.
- (D) Não há lição possível a se tirar da pena de talião, por isso os legisladores devem preocuparse com a reparação financeira que redima o criminoso.
- (E) Os bárbaros adotam a pena de talião, que favorece os criminosos, ao invés de adotarem penas exemplares, que punem a sociedade.

- impulsos em favorecimento dos benefícios a receber: "a vultosa soma de dinheiro que obrigarei o mutilador a vos dar; com ela vivereis vida agradável".
- d) desvia-se do foco principal, que é estabelecer um novo modelo de justiça, em que não se valorize a violência, mas sim a reparação por meio do dinheiro e dos serviços prestados; nota-se também que a pena de talião é produtora de lição, visto que ela contém os traços característicos de uma nação como bárbara.
- e) em nenhum momento o autor afirma que a pena de talião favorece os criminosos, bem como também não afirma que as penas exemplares punem a sociedade.

COMENTÁRIO questão 15

Alternativa correta A.

O raciocínio do autor segue a trajetória da alternativa A, principalmente tendo por base a argumentação do 4º parágrafo. Nas outras opções, não as podemos considerar corretas, porque:

- b) o autor opõe a civilização à sociedade bárbara, por isso a primeira parte desta alternativa está correta quando afirma que "A pena de morte e a pena de talião são bárbaras". Mas a sequência da alternativa peca ao trazer que a situação de bárbara é em razão de contrariar os impulsos da natureza humana. Os impulsos, relacionados ao momento da dor, do sofrimento e da perda, levam a ações extremas e vingativas, como a pena de morte e a lei de talião.
- c) o texto diz o contrário no 4º parágrafo, já que desenvolve todo um raciocínio de contenção de

- 16. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:
- (A) Havendo quem vos pretendam convencer de que a pena de morte é necessária, perguntem onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixarão de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.
- (C) Destaca-se, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (D) Embora remontem aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.

Língua Portuguesa

COMENTÁRIO questão 16

Alternativa correta E.

Observe a análise da alternativa correta:

E) Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais que se aplicam em nome da justiça.

Período composto por duas orações

Oração principal (ordem inversa): Opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista, a violência das penas irracionais

Oração principal (ordem direta): a violência das penas irracionais opõe-se às ideias libertárias de Voltaire, um lúcido pensador iluminista,

Sujeito: a violência das penas irracionais

Núcleo do sujeito: violência

Oração Subordinada Adjetiva Restritiva: que se aplicam em nome da justiça

Sujeito: pronome relativo que, que retoma penas irracionais

Nas outras opções, compare a alternativa com falha e a correção logo abaixo:

- (A) Havendo quem vos <u>pretendam</u> convencer de que a pena de morte é necessária, <u>perguntem</u> onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.
- (A) Havendo quem vos <u>pretenda</u> convencer de que a pena de morte é necessária, <u>perguntai</u> onde e quando ela já se provou indiscutivelmente eficaz.

O correto é *pretenda* no singular, pois seu sujeito é o pronome *quem:* "quem pretenda convencer".

Apesar de não ser próprio dessa questão, há um erro na flexão do verbo, pois, como se trata o interlocutor por *vós*, deve-se usar o imperativo nessa pessoa. Por isso, o correto é "Perguntai".

(B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixarão de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.

(B) Entre os cidadãos de todos os países nunca deixará de haver, por força do nosso instinto de violência, os que propugnam pela pena de morte.

Locução verbal que deve ficar no singular: "deixará de haver". Tal locução é formada pelo auxiliar *deixar* mais o principal *haver*, cujo sentido é de *existir*, portanto *haver* é classificado como impessoal e constitui uma *oração sem sujeito*, obrigando a locução a permanecer no singular.

- (C) <u>Destaca-se</u>, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.
- (C) <u>Destacam-se</u>, entre as qualidades de Voltaire, suas tiradas irônicas e seu humor ferino, armas de que se valia em suas pregações de homem liberal.

Questão que traz a voz passiva sintética com o sujeito plural: <u>Destacam-se</u>...suas tiradas irônicas e seu humor ferino.

Para ampliar o domínio da voz passiva sintética, deve-se perceber a correlação com a voz passiva analítica, estrutura que torna mais perceptível a identificação do sujeito:

Voz passiva sintética: <u>Destacam-se</u> ...suas tiradas irônicas e seu humor ferino (sujeito).

Voz passiva analítica: Suas tiradas irônicas e seu humor ferino (sujeito) são destacadas.

- (D) Embora <u>remontem</u> aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.
- (D) Embora <u>remonte</u> aos hábitos das sociedades mais violentas do passado, a pena de talião ainda goza de prestígio entre cidadãos que se dizem civilizados.

Na primeira oração, identificamos o verbo *remontar*, porém seu sujeito está oculto e só é inferido na sequência da questão, quando se nota ser "a pena de talião". Observe: "Embora *a pena de talião* **remonte** aos hábitos das sociedades mais violentas do passado". Diante dessa análise, a forma correta é a concordância singular.



Língua Portuguesa

- 17. Está adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) Os argumentos <u>de que</u> devemos nos agarrar devem se pautar <u>nos</u> limites da racionalidade e da justiça.
- (B) Os casos históricos <u>em que</u> Voltaire recorre em seu texto ajudam-no a demonstrar <u>de que</u> a pena de morte é ineficaz.
- (C) A pena de talião é um recurso <u>de cuja</u> eficácia muitos defendem, ninguém se abale <u>em</u> tentar demonstrá-la.
- (D) Os castigos <u>a que</u> se submetem os criminosos devem corresponder à gravidade <u>de que</u> se reveste o crime.
- (E) As ideias liberais, <u>de cuja</u> propagação Voltaire se lançou, estimulam legisladores <u>em quem</u> não falte o senso de justiça.

COMENTÁRIO questão 17

Alternativa correta D.

Trata-se de uma questão que trabalha a regência e principalmente o preposicionamento dos pronomes relativos. Passemos à análise de cada trecho, corrigindo-o quando necessário:

- (A) Os argumentos <u>a que</u> devemos nos agarra... (devemos nos agarrar <u>a algo</u>)
- (B) Os casos históricos <u>a que</u> Voltaire recorre em seu texto...

(Voltaire recorre, recorre <u>a algo</u>)

- (B) ...demonstrar que a pena de morte é ineficaz.
- (Quem demonstra, demonstra <u>algo</u> = não exige preposição)
- (C) ...um recurso <u>cuja</u> eficácia muitos defendem... (muitos defendem <u>algo</u> = não exige preposição)
- (E) As ideias liberais, <u>a cuja</u> propagação Voltaire se lançou...

(Voltaire se lançou a algo)

(E) estimulam legisladores <u>a quem</u> não falte o senso de justiça.

(o senso de justiça não falte a alguém)

- 18. Deve-se **CORRIGIR**, por deficiência estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O tratamento de **vós**, que hoje nos soa tão cerimonioso, ecoa uma época em que se aliavam boa argumentação e boa retórica.
- (B) Voltaire não hesita em lembrar as vantagens reais da aplicação de penas que poupam a vida do criminoso para que pague pelo que fez.
- (C) Como sempre há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los, através de alternativas mais confiáveis.
- (D) Note-se a preocupação que tem esse iluminista francês em escalonar as penas de modo a que nelas se preserve adequada relação com o crime cometido.
- (E) Na refutação aos que defendem a pena de talião, Voltaire argumenta que o mal já causado não se sana com um ato idêntico ao do criminoso.

COMENTÁRIO questão 18

Alternativa correta C.

A falha na questão está relacionada à vírgula. No trecho inicial, falta uma vírgula após a palavra *sempre*:

"Como sempre, há quem defenda os castigos capitais"

Sem essa vírgula, o período ficaria sem uma oração principal, o que produziria uma falha de construção.

Além dessa primeira falha, a vírgula após "refutá-los" é desnecessária, pois tudo está em ordem direta. A alternativa reformada deve ficar assim:

"Como sempre, há quem defenda os castigos capitais, razão pela qual Voltaire buscou refutá-los através de alternativas mais confiáveis."



Língua Portuguesa

- 19. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Os criminosos que tenham ultrajado a pátria seriam forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.
- (B) Os que vierem a ultrajar a pátria deveriam ser submetidos a um castigo que trouxera consigo uma clara lição.
- (C) Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que venha a receber como indenização ao delito que o prejudique.
- (D) O próprio criminoso, se mantivesse alguma dose de decência, possa tirar proveito da lição a que seja submetido.
- (E) Sempre houve povos que, por forte convicção, evitaram a guerra, ainda quando fossem provocados.

COMENTÁRIO questão 19

Alternativa correta E.

A correlação temporal é um capítulo bastante rico e detalhoso em nosso idioma. Nossas noções como usuários nativos são fundamentais para identificar falhas ou desarmonias. A análise é feita tendo em vista o tempo de um verbo em relação a outro, portanto a falha não está em um verbo em si, mas nasce da relação entre verbos.

Para facilitar a explicação, o primeiro verbo da construção passa a ser a nossa referência e com base nele faremos comparação com os demais. Vale frisar que muitas vezes as formas de corrigir são variáveis, pois as combinatórias permitem mais de uma construção correta. Escolheremos uma delas. Acompanhe a explicação:

(A) Os criminosos que <u>tenham ultrajado</u> a pátria <u>seriam</u> forçados a servi-la pelo tempo que se julgava necessário.

A forma *tenha ultrajado* traz, nessa frase, o sentido de algo supostamente ocorrido, não há certeza da realização da ação e projeta uma correlação com uma ação futura. Com essa noção, o próximo verbo fica adequadamente correlacionado com o futuro do presente do indicativo:

Os criminosos que <u>tenham ultrajado</u> a pátria <u>serão</u> forçados a servi-la pelo tempo

Na última flexão, cabe o futuro do subjuntivo em correlação com o futuro do presente do indicativo:

Os criminosos que <u>tenham ultrajado</u> a pátria <u>serão</u> forçados a servi-la pelo tempo que se <u>julgar</u> necessário.

Tempos usados na alternativa e no comentário tenham ultrajado => pretérito perfeito do subjuntivo (composto)

seriam => futuro do pretérito do indicativo
serão => futuro do presente do indicativo
julgava => pretérito imperfeito do indicativo
que se julgar => futuro do subjuntivo*

* No português, há verbos que trazem conjugações idênticas entre a forma do infinitivo e o futuro do subjuntivo, o que produz certa confusão às vezes. Para resolver o problema, trabalhe no contexto com verbos irregulares, como *caber*, *estar*, *haver*, e logo se notará em que tempo se está:

pelo tempo que <u>couber</u> / pelo tempo que <u>estiver</u> / pelo tempo que <u>houver</u> (todos no futuro do subjuntivo)

pelo tempo que se <u>julgar</u> (também no futuro do subjuntivo)



Língua Portuguesa

(B) Os que <u>vierem</u> a ultrajar a pátria <u>deveriam</u> ser submetidos a um castigo que <u>trouxera</u> consigo uma clara lição.

A construção, tendo em vista a primeira flexão, expressa ações futuras, situações hipotéticas que podem ocorrer no futuro.

No primeiro trecho, o futuro do subjuntivo *vierem* correlaciona-se com o futuro do presente do indicativo *deverão*, produzindo a seguinte formação:

Os que <u>vierem</u> a ultrajar a pátria <u>deverão</u> ser submetidos a um castigo

No final, expressando ação a ser realizada, cabe a conjugação do presente do subjuntivo:

Os que <u>vierem</u> a ultrajar a pátria <u>deverão</u> ser submetidos a um castigo que <u>traga</u> consigo uma clara lição.

Tempos usados na alternativa e no comentário

vierem => futuro do subjuntivo

deveriam => futuro do pretérito do indicativo

deverão => futuro do presente do indicativo

trouxera => pretérito mais-que-perfeito do indicativo

(C) Ninguém <u>seria</u> indiferente a uma vultosa soma que <u>venha</u> a receber como indenização ao delito que o <u>prejudique</u>.

Esta alternativa trabalha o *beabá* da correlação temporal. Quando se constrói oração com sentido condicional e se faz uso do futuro do pretérito do indicativo (no caso acima: *seria*), devese fazer correlação com o pretérito imperfeito do subjuntivo: *viesse*. A forma correta é: *Ninguém seria* indiferente a uma vultosa soma que <u>viesse</u> a receber como indenização ao delito.

Também o último verbo não está adequado. Caso se considere o fato como supostamente ocorrido, a forma correta é: *que o prejudicou*. O trecho todo assim deve ficar:

Ninguém seria indiferente a uma vultosa soma que <u>viesse</u> a receber como indenização ao delito que o <u>prejudicou</u>.

Tempos usados na alternativa e no comentário seriam => futuro do pretérito do indicativo venha => presente do subjuntivo viesse => pretérito imperfeito do subjuntivo prejudique => presente do subjuntivo tenha prejudicado => pretérito perfeito do subjuntivo

(D) O próprio criminoso, se <u>mantivesse</u> alguma dose de decência, <u>possa</u> tirar proveito da lição a que <u>seja</u> submetido.

Situação parecida com a encontrada na alternativa C. Na primeira oração (com sentido condicional), o verbo está flexionado no pretérito imperfeito do subjuntivo, o que implica o uso do futuro do pretérito do indicativo na oração vinculada:

O próprio criminoso, se <u>mantivesse</u> alguma dose de decência, <u>poderia</u> tirar proveito da lição

Além disso, a última forma verbal precisa ser corrigida e deve receber a flexão *foi submetido*, considerando o fato como ocorrido. Na alternativa toda, o correto é:

O próprio criminoso, se <u>mantivesse</u> alguma dose de decência, <u>poderia</u> tirar proveito da lição a que <u>foi</u> submetido.

Tempos usados na alternativa e no comentário mantivesse => pretérito imperfeito do subjuntivo possa => presente do subjuntivo poderia => futuro do pretérito do indicativo seja => presente do subjuntivo foi => pretérito perfeito do indicativo



Língua Portuguesa

(E) Sempre <u>houve</u> povos que, por forte convicção, <u>evitaram</u> a guerra, ainda quando <u>fossem</u> provocados.

Alternativa correta.

Tempos usados na alternativa e no comentário houve => pretérito mais-que-perfeito do indicativo evitaram => pretérito perfeito do indicativo fossem => pretérito imperfeito do subjuntivo

20. Muitos se dizem a favor da pena de morte, mas mesmo os que mais ardorosamente <u>defendem a pena de morte</u> não são capazes de <u>atribuir à pena de morte</u> o efeito de reparação do ato do criminoso que supostamente <u>mereceria a pena de morte</u>.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) a defendem lhe atribuir a mereceria.
- (B) a defendem atribui-la lhe mereceria.
- (C) defendem-na atribui-la merecer-lhe-ia.
- (D) lhe defendem lhe atribuir mereceriam-na.
- (E) defendem-lhe atribuir-lhe a mereceria.

COMENTÁRIO questão 20

Alternativa correta A.

Esta questão exige três informações teóricas: saber escolher o **tipo** de pronome átono em razão da função sintática, saber respeitar as regras de **colocação pronominal** e, por fim, saber, quando necessário, fazer as **adaptações** entre verbo e pronome.

Os pronomes *o, a, os, as* representam o objeto direto; já *lhe, lhes* representam o objeto indireto que introduz, com a preposição *a,* o destinatário. Façamos a análise dos trechos destacados:

• "os que mais ardorosamente <u>defendem a pena de</u> morte"

defendem => VTD

a pena de morte => OD

= "os que mais ardorosamente <u>a</u> defendem"

A colocação antes do verbo deve-se ao pronome relativo *que* (palavra atrativa) e ao advérbio *ardorosamente* (palavra atrativa).

• "capazes de <u>atribuir à pena de morte</u> o efeito"

atribuir => VTDI

o efeito => OD

à pena de morte => OI

- = "capazes de <u>atribuir</u>-lhe o efeito"
- = "capazes de lhe atribuir o efeito"

A colocação depois do verbo ("de atribuir-lhe"), por não haver palavra atrativa, é mais condizente com a regra, mas bancas, como ESAF, CESPE e FCC, aceitam a anteposição ("de lhe atribuir") mesmo não havendo palavra atrativa.

A colocação anteposta sem palavra atrativa é de uso consagrado na língua escrita do Brasil, porém há poucas bancas e gramáticos que ainda condenam tal colocação. Conforme a banca, cabe atenção especial a isso. Na FCC, resolve-se a questão antes do problema, ou seja, ela foge da polêmica e testa dos candidatos noções mais objetivas

• "que supostamente mereceria a pena de morte"

mereceria => VTD

a pena de morte => OD

= "que supostamente <u>a</u> mereceria"

A colocação antes do verbo deve-se ao pronome relativo *que* (palavra atrativa) e ao advérbio *supostamente* (palavra atrativa).

Nota: Não se exigiu desta vez, mas faz parte deste tipo de questão o estudo da colocação pronominal. Quem quiser observar as regras de colocação pronominal, escrevi neste blog artigo sobre o tema (Fi-lo porque o quis): http://portuguesparaconcursos.damasio.com.br/?cat=18



Língua Portuguesa